

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL N° 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

Ana Paula do Amaral

**1979: UM OLHAR SOBRE
A GREVE DOS
PROFESSORES**

Uberlândia/1999

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM HISTÓRIA CDMS
CAMPUS SANTA MÔNICA - Bloco 1 Q (Antigo Mineirão)
AV. UNIVERSITÁRIA S/N.º
38400-902 - UBERLÂNDIA - M.G. — BRASIL

1.627

S. 9
(c)

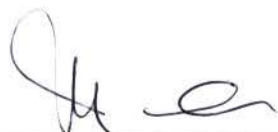
ANA PAULA DO AMARAL

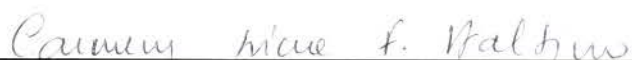
**1979: UM OLHAR SOBRE A GREVE DOS
PROFESSORES**

Monografia desenvolvida sob a orientação da Professora Mestra Gizelda da Costa Simonini visando cumprir os créditos necessários às disciplinas Monografia II e Seminário de Pesquisa.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

UBERLÂNDIA - MG Fevereiro/1999

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a M. s. Maria de Fátima Ramos de Almeida


Prof.^a M. s. Carmem Lúcia Balbino


Prof.^a M. s. Gizelda da Costa Simonini

A banca examinadora
atribuiu nota 90,0 para
o trabalho.

Uberlândia, 26 de fevereiro
de 1999.

Gizelda Costa da S. Simonini.

Universidade Federal de Uberlândia

Uberlândia - MG 25 de fevereiro de 1.999

ÍNDICE

Apresentação	5
<u>Capítulo I</u>	10
A preparação para 1.979	10
<u>Capítulo II</u>	23
O olhar da imprensa e deputados	23
<u>Capítulo III</u>	38
O olhar dos envolvidos	38
Considerações finais	60
<u>Bibliografia</u>	63

LABORATÓRIO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA - UFU	
N.º	
Data	/ /

APRESENTAÇÃO

A apresentação de uma dissertação, em forma de monografia*¹, por parte do aluno formando em Bacharelado em História pela Universidade Federal de Uberlândia, tem sua obrigatoriedade estipulada pelo currículo 4691 de Julho/90.

No entanto, o que nos estimulou a desenvolver este trabalho monográfico não está apenas na obrigatoriedade imposta pela Universidade, através de currículo, mas, principalmente, por influências sofridas durante as leituras realizadas no decorrer do curso. Dentre estas leituras podemos citar E. P. Thompson em “A Miséria da Teoria” e outros que nos alertaram para a necessidade da prática da pesquisa no processo de construção da memória histórica.

No capítulo dedicado ao estudo da lógica histórica Thompson nos chama a atenção pelas formas diferenciadas do produzir acadêmico de cada disciplina e, em nosso caso específico, sobre o modo de escrever a história quando diz:

“Os modos de escrever a história são tão diversos, as técnicas empregadas pelos historiadores são tão variadas, os temas da investigação histórica são tão díspares e, acima de tudo, as conclusões são tão controversas e tão

¹* Monografia esta desenvolvida em três etapas: 1ª - apresentação do projeto de pesquisa; 2ª - Pesquisa e apresentação da dissertação; e 3ª apresentação pública e oral da dissertação.

veementemente contestadas dentro da profissão, que é difícil apresentar qualquer coerência disciplinar”.²

Ou seja, o produzir histórico evidencia constantemente a mutação dos fenômenos, dos fatos, do historiador que os narra, por isso há a necessidade sempre de se produzir a memória dos acontecimentos, observando a lógica peculiar à História.

Diante desse desafio de produzir algo que nos ajudasse a compreender o papel do historiador é que nos propusemos a pesquisar sobre um tema que nos abrisse novos horizontes, novos pontos de enfoque e análise e, principalmente, uma questão que estivesse ligada diretamente com nossas discussões e leituras durante nossa graduação.

Na busca por um tema que nos desse a oportunidade de discutir e levantar mais dados para o nosso arcabouço profissional e nossa formação crítica acerca dos acontecimentos, nos deparamos com a questão da educação que tanto é ligada à nossa área de estudo.

Sobre a questão educacional são vários os temas interessantes e que até hoje não mereceram o estudo, a pesquisa e a análise necessárias. No entanto, optamos por trabalhar a questão da greve dos professores públicos do Estado de Minas Gerais, voltando nosso enfoque ao entendimento do movimento dos professores em Uberlândia no ano de 1.979.

O nosso interesse por esse tema surgiu, principalmente, depois de uma pesquisa acerca do mesmo em nosso laboratório de História, nas bibliotecas

² - E.P. Thompson. ~~o Trabalho da História~~ pg. 48

públicas Federal e Municipal e constatar que pouco se tem escrito sobre este movimento grevista que tanto sacudiu as estruturas da sociedade local e, por consequência, em todo o Estado de Minas Gerais.

Procuraremos dar vazão a esse nosso sentimento de investigador a partir de textos bibliográficos, matérias jornalísticas, discursos de Deputados Estaduais durante reuniões na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, atas das Assembléias dos professores, discursos de professores nas assembléias da categoria, fontes orais através dos depoimentos de pessoas ligadas diretamente ao movimento grevista daquele ano (e que até nossos dias atuam em movimentos sociais, escolas, universidades), para assim, tentarmos amarrar os discursos aos fatos e, esperamos, sermos capazes de analisar os acontecimentos à luz de seu tempo, (e os correlacionar aos nossos dias).

Diante dessa proposta, procuraremos discutir este assunto trazendo à baila questões ligadas ao momento histórico que o País atravessava nos idos de 78 e 79, as grandes mudanças sociais, econômicas, ideológicas e de reabertura política frente a ditadura que perdurava desde o ano 1964 em todo o Brasil.

Esse tema relativo a greve dos professores públicos mineiros acontece em um período de profundas transformações no Brasil, dentre elas, podemos citar como a mais importante da história recente do País, que seja a sua reabertura democrática.

Para organizar nosso trabalho de forma cronológica e metodológica procuraremos montar nossa monografia através de capítulos numerados, os quais, tentarão trazer à tona o nosso conhecimento e reconhecimento ordenado acerca dos fatos que passamos a apresentar.

No primeiro capítulo, procuraremos fazer um levantamento dos acontecimentos que estão fervilhando em todo país, tais como: as greves de diversas categorias de trabalhadores, as motivações para uma mudança radical na forma de se comportar e se posicionar do trabalhador, o atual comportamento do governo em relação a estes movimentos que eclodem em todas as partes, a formação de uma mentalidade política e o aparecimento de políticos tidos como de esquerda no cenário brasileiro, ou seja, a preparação do país para as transformações de 1.979.

O segundo capítulo será dedicado a um levantamento da greve dos professores públicos do Estado de Minas como um todo, a forma que o movimento se desencadeou na capital mineira e se alastrou para o restante do Estado, bem como, procurar rever e entender a posição do governo mineiro e, também, dos Deputados Estaduais acerca do movimento destes profissionais da Educação, utilizando para isso o que se produziu sobre a greve, seja no olhar da imprensa ou dos deputados.

Já no terceiro capítulo, faremos um relato e análise de como o movimento grevista dos professores atingiu a cidade de Uberlândia, tida como uma cidade de pessoas “ordeiras e trabalhadoras”. Por se tratar do nosso alvo principal de pesquisa procuraremos fazer um levantamento de toda memória que se construiu acerca deste fato que tanto significou na forma de pensar e agir dos profissionais ligados à Educação na cidade. A influência que os professores públicos uberlandense tiveram em relação a outras categorias de trabalhadores, a forma de organização, ainda que rudimentar, a necessidade de atrelamento do movimento com segmentos político partidário da cidade com o passar dos anos, bem como, sua contribuição para a formação de vários partidos de esquerda em

Uberlândia, além é claro, de procurar a entender como foi a reação da sociedade civil, poder político e econômico local em relação ao movimento dos professores. Neste capítulo utilizaremos a própria visão que os professores tiveram ou têm a respeito do movimento grevista de 79.

E por último, passaremos às nossas considerações finais a respeito desta pesquisa, onde esperamos, possamos trazer algum tipo de contribuição para o esclarecimento e construção da memória histórica deste movimento organizado, ou seja, relembrando Thompson; trazer nosso modo de escrever a História através deste tema.

CAPÍTULO I

A PREPARAÇÃO PARA 1.979* ³

Pensar o momento histórico pelo qual o Brasil passou em meados da década de 1.960 e 1.970 nos leva a reconstruir dois momentos distintos de sua recente história, qual seja, estes dois momentos são: por um lado um período marcado pela ditadura e, um segundo momento, a transição desta ditadura e o retorno do país à democracia. Essas duas décadas foram marcadas por diversas ambigüidades, tanto no campo da política, quanto na economia e sociedade em geral.

Diante disso, procuraremos fazer uma análise deste período considerando tanto a forma de organização da classe dominante - voltada para os governos militares - como também buscar na historiografia que trata deste momento histórico o entendimento necessário a respeito da organização do trabalhador brasileiro, procurando fazer isso partindo da sua própria ótica.

Neste sentido, é interessante entender este período para, em seguida, voltarmos ao nosso tema (greve dos professores públicos do Estado de Minas) com a discussão dos fatos e acontecimentos deste intervalo, procurando com isso, não perder a correlação existente entre os fatos a nível nacional e local no que tange ao crescimento dos movimentos sociais.

Voltando às nossas discussões iniciais, vale ressaltar que essas ambigüidades se dão por constantes mudanças no comando maior da política

³Este assunto foi pesquisado nas obras de:

MARONI. Amérís. *A Estratégia da Recusa* (análise das greves de maio/78). São Paulo,, Brasiliense 1982.

MOISÉS. José Álvaro&outros. *Contradições urbanas e movimentos sociais*. Paz e Terra. 2^a ed., 1978.

SKIDMORE. Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Paz e Terra. 5^a ed. , 1994.

brasileira, principalmente, em relação a estrutura de poder e a forma de governo adotada pelas classe dominante desta nação.

No início da década de 60 a política adotada pelo governo brasileiro prioriza as grandes obras e a abertura das fronteiras econômicas do país para o capital estrangeiro, ou seja, há a adoção de uma política de favorecimento à expansão capitalista em detrimento ao crescimento econômico do próprio Brasil.

Os governos civis que sucederam ao governo de Juscelino Kubistchek ainda tentam tomar as rédeas da situação econômica, política e social, no entanto, devido a medidas erradas a crise tende a aumentar e torna o Governo civil alvo fácil para a tomada de poder por parte dos militares. O golpe militar ocorre em meados de 1.964 e acirra ainda mais a crise política brasileira. Após o golpe, os governos militares optam por administrar o país por atos institucionais, os quais, são marcados por atos repressivos e arbitrários contra cidadãos, congresso nacional (chegando inclusive a fechá-lo), como por exemplo, o AI-5.

Neste intervalo histórico todos os trabalhadores sofrem as conseqüências das crises provocadas pelos modelos econômicos e políticos adotados na condução dos problemas brasileiros. As conseqüências imediatas destas mudanças nos governos e, principalmente, na economia do país se fazem sentir através de uma longa crise de inflação alta, taxas de desemprego elevadíssimas, condições sociais como: saúde, educação e moradia são quase que inexistentes, a corrupção nas estatais alcança índices alarmantes, entre outros tantos problemas oriundos de uma má administração da “coisa pública”.

Seguido ao golpe de estado imposto pelos militares o país vê seu congresso ser manobrado e colocado a sob o jugo dos mandos e desmandos do

Presidente da República através de seus decretos institucionais. Ato estes que, a partir daquele momento, passam a governar e servir de constituição geral do país. A sociedade é obrigada a seguir as determinações destes atos institucionais sem sequer reclamar. Muitas pessoas são presas, perseguidas e até mortas por discordar e mostrar-se descontente com o atual estágio das posições políticas e ideológicas impostas pelo poder dominante brasileiro.

As conseqüências destes atos arbitrários para a classe dos trabalhadores podem ser consideradas desastrosas pois serviram para desmobilizar as suas organizações, tais como: sindicatos, associações estudantis e de moradores, pastorais religiosas, entre outras.

Os governos de 1.964 até meados da década de 1.970 são todos marcados pela ditadura. Neste período são criados vários órgãos responsáveis pela execução de planos para a contenção dos ânimos das pessoas consideradas mais “agitadas”, subversivas e que se posicionavam contrárias as mudanças que ocorriam no âmbito governamental, social e econômico. São criados órgãos repressores de vigilância nas ruas, na mídia e, principalmente, nas fábricas.

Nestas fábricas, especificamente, são implantados sistemas de vigilância constante por parte dos empresários para com seus empregados com vista a manter a ordem, desmotivar organizações de trabalhadores, tais como, sindicatos, associações de empregados, entre outros.

O país, que até aquele momento de sua história tem nuances de democracias com recaídas autoritárias impostas por seus governantes, se vê diante de uma ditadura e um regime fechado, até então, sem precedentes em sua existência.

No entanto, mesmo com esse rigor do controle social imposto pela ditadura podemos encontrar na historiografia da década de 80 alguns historiadores que se lançaram no trabalho de recuperar a história dos partidos políticos de esquerda, da organização dos trabalhadores dentro das fábricas - as chamadas comissões de fábricas - entre outras formas de expressão da classe trabalhadora, ou seja, os trabalhadores sempre mantiveram vivas suas chamadas de luta e questionamento aos seus direitos. Mesmo diante de tanto autoritarismo e repressões, os trabalhadores, buscaram formas alternativas de manterem-se vigilantes contra a opressão e também contra a exploração do capital sobre suas vidas. As formas utilizadas vão desde a redução da produção através de quebra de maquinários até a quebra de trens públicos como alerta contra tantos desmandos de autoridades públicas e empresários.

A tônica da repressão continuava sendo o principal argumento dos governantes para manterem o controle social em nome da ordem, como nos coloca Thomas Skidmore, encurtar as rédeas dos trabalhadores e dos cidadãos em geral, no firme propósito de manter a sociedade brasileira livre de pessoas bagunceiras, desordeiras, visando sempre a questão da “segurança nacional”, como a citação abaixo (retirada da obra de Skidmore) trata de expressar:

“A repressão e a censura do governo eram a razão principal. Os estudantes, por exemplo, um dos principais focos de oposição em 1.968, foram silenciados pela violenta intervenção nas universidades, que resultou em expulsões, prisões e

torturas para muitos. A repressão mostrava-se também eficiente contra as guerrilhas.”⁴

Na colocação acima, vemos aparecer mais uma vez e com profunda vontade de repressão a face dura e cruel do período militar. Todo o planejamento dos governos militares estão calcados na expressão de controle social, de reprimir toda e qualquer manifestação de liberdade por parte de fatias da população organizada como trabalhadores, estudantes, guerrilhas civis, entre outras formas.

O controle social ganha as ruas, as universidades e diante da reação dos estudantes e trabalhadores para se manterem livres do alcance da repressão são adotadas medidas drásticas como as prisões, o espancamento, as torturas até a morte, tanto de trabalhadores como de estudantes.

No entanto, mesmo diante de tamanha repressão e após um período de determinado controle social, novamente os trabalhadores, o povo em geral, começam a se organizarem de forma pensada e premeditada de maneira a criar meios de se defenderem das opressões e do extenuante processo de trabalho que havia sido adotado nos interiores das grandes fábricas com o apoio total da estrutura estatal.

Podemos perceber que o povo começa a reagir contra este modelo de política ditatorial e, principalmente, contra o modo de exploração que vinha sofrendo na pele quando estes começam a praticar atos como o quebra-quebra de trens, de maquinário nas indústrias, organização de movimentos reivindicatórios

⁴Thomas Skidmore. Brasil: De Castelo a Tancredo. pg. 215.

de melhores salários, condições dignas de trabalho no interior das grandes fábricas, entre outros.

Diante destes fatos, o governo de Geisel vê-se obrigado a iniciar o processo de reabertura política conseguindo, com isso, avançar mais do que outros presidentes haviam conseguido desde a implantação do regime autoritário. Alguns dos atos que marcaram o processo de reabertura do país foram: a concessão de anistia aos exilados políticos, fim da censura, extinção do Ato Institucional n.º 05 - (AI-5), entre outros feitos considerados de grande avanço para a sociedade brasileira.

Vale ressaltar neste ponto que estes feitos não foram conseguidos pela “bondade” dos governantes ou empresários brasileiros, mas sim, foram fruto de muita luta, mortes, perseguições que os trabalhadores resolveram enfrentar para conseguir ir, aos poucos, mudando a face dos governos.

O último presidente militar a ocupar a cadeira de presidente da República no Brasil foi o General João Batista Figueiredo, o qual, em seu discurso de posse compromete-se de público a continuar o trabalho de reabertura política do país rumo a uma sociedade livre.

E este, de fato, é o período que mais nos importa de perto, pois abrange o ano chave de nossa monografia, ou seja, o ano de 1.979. Ano em que ocorreu a greve dos professores públicos do Estado de Minas Gerais, juntamente com outras mais de 400 greves de trabalhadores que se espalharam por todo o País.

Utilizamo-nos das citações do autor Thomas Skidmore para demonstrar como a historiografia brasileira, de uma maneira em geral, tratou este período. Dando suma importância aos fatos ligados ao governo e a política

praticada pelos militares e esquecendo-se de tratar do assunto via ótica dos trabalhadores e cidadãos, como nos coloca Amnérís Maroni em seu trabalho “A Estratégia da Recusa”⁵. São poucos os historiadores e demais pensadores que abriram espaço para mostrar a história a partir da realidade dos trabalhadores, do seu entendimento do processo de produção e suas contestações ao sistema capitalista e seu processo de exploração dos trabalhadores.

Diante das novas organizações surgidas no interior da classe de trabalhadores, dentro das fábricas, nas associações de moradores e nas pastorais religiosas em busca de uma possível reabertura para as negociações. E assim, frente a uma nova fase da história do país formam-se novos líderes sindicais, o clero opta por dar apoio aos trabalhadores e, de maneira geral, para os movimentos sociais, novos rumos vão se delineando para a prática política, econômica e social cotidiana do Brasil.

O final da década de 70 em diante traz grande aceleração do processo de reabertura política do país, justamente pela grande pressão que os movimentos tidos como populares estão impondo às classes políticas e empresariais,

“Constrangido pelas leis e práticas repressivas do regime político instaurado em 1964 - principalmente no que tange à política salarial, ao FGTS e à política sindical -, o movimento operário, durante toda a

⁵Nesta obra a autora Amnérís Maroni faz um trabalho de levantamento das condições de trabalho no interior das fábricas procurando destacar como aconteceram as organizações e a resistência destes trabalhadores nas greves de 1978, destacando, principalmente, como as “comissões de fábrica” foram importantes para o sucesso destas greves, como surgiram estas comissões, entre outras diversas discussões que a autora procura levantar.

década de 70, inventou e reinventou formas próprias de ação e organização para extravasar o seu descontentamento. Por diversas vezes a movimentação operária chegou a furar o cerco da censura, questionando o silêncio que as leis e medidas repressivas do regime afirmavam assegurar.⁶

Em Minas Gerais, em específico, os fatos vão se assemelhando ao que acontecem no restante do país, principalmente, nas grande capitais. As greves vão tomando conta da capital - Belo Horizonte⁷ - e se espalhando por todo o interior, principalmente, no que tange à questão dos trabalhadores em Educação.

Em meados de 1979 a capital mineira é tomada de súbito com a greve dos trabalhadores da construção civil, comerciários e professores públicos do Estado, como nos coloca o Deputado Estadual Dalton Canabrava ao dizer em plenário da Assembléia Mineira:

“... Para tristeza nossa, Sr. Presidente, acabamos de assistir hoje, e por infelicidade, aqui em Minas Gerais - o

⁶ Amnérís Maroni - *A Estratégia da Recusa*, pg. 51

⁷ Pesquisa a respeito do número de greves que aconteceram em Belo Horizonte, realizada em recortes de jomais e atas da Assembléia Legislativa Mineira.

maior ato de subversão desde que se empossou, na presidência da República o general João Batista Figueiredo. Subverteram a sua ordem e a sua filosofia política. Questionaram a sua posição e o seu comando. E o homem a quem ele delegou poderes para administrar Minas Gerais, o Sr. Francelino Pereira, não teve forças para conter a violência. ⁸

Nesta fala do Deputado reaparece as mesmas questões colocadas na política nacional, ou seja, as autoridades estão sempre preocupadas em desmobilizar todos tipos de organizações e manifestações apresentadas pela população como formas de resistência e descontentamento, utilizando para isso o estereótipo de conter a violência para salvaguardar a segurança nacional.

Ao fazermos um contraponto entre os dados levantados nos governos militares que precederam ao governo de João Batista Figueiredo e a fala do Deputado Estadual mineiro podemos verificar que os tempos realmente “são outros”. Ou seja, o tempo da repressão e contenção das massas exercida pelos militares já não acontece com tanta eficiência. Por todos os lados e cantos do país as pessoas começam a se organizarem em grupos e a saírem para as ruas para mostrarem seu descontentamento e lutarem por seus direitos.

⁸ Discurso proferido pelo Deputado Mineiro Dalton Canabrava (MDB) na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais durante 51ª reunião ordinária da diretoria de Comissões no dia 29/05/79 publicado no Diário Oficial da Assembleia no dia 06/06/79.

Esse período compreendido entre os anos de 1.978 até meados de 1.982 vários são os estudiosos, filósofos e pesquisadores*⁹ de maneira em geral que tentam estudar e entender o que está acontecendo na sociedade civil brasileira. Se por um lado estes estudiosos não entendem o que está acontecendo com a quebra do poder dos militares, por outro lado, entendem que a comunidade das grandes capitais como Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo estão acordando do sono profundo que foi o período militar.

Vários são os estudiosos que buscam analisar essa nova configuração social que está reaparecendo no cenário brasileiro e um dos mais importantes foi Éder Sader*¹⁰ que conseguiu entender estas novas estruturas sociais.

Éder Sader nos mostra que as condições sociais e econômicas dos anos 60 para o ano de 1.978 são outras. As condições de moradias também estão bastante mudadas. Se nos anos 60 tínhamos várias famílias morando na zona rural já em 1.978 as pessoas estão procurando os grandes centros urbanos como referência de emprego e melhora nas condições de vida de cada um.

A partir de 1.978 as pessoas, principalmente, da grande São Paulo começam a enxergar, através de suas experiências cotidianas, que ao se unirem em torno de um mesmo ideal poderá consegui-lo com mais facilidade, como por exemplo, construir suas moradias, e, para tanto, formam grupos de mutirões na vizinhança, unem-se para lutar pelos seus direitos no interior das fábricas, entre outros.

É interessante observar que a experiência de união conseguida em torno das questões trabalhistas dentro das fábricas traz resultados positivos para

⁹ Dentre estes pesquisadores podemos citar: Ammêris Maroni em *Estratégia da Recusa*, Éder Sader em *Quando novos personagens entram em cena*, José Alvaro Moisés & Outros em *Contradições urbanas e movimentos sociais*, entre outros.

¹⁰ Este autor procurou em seu trabalho entender como aconteceram as transformações sociais no país no período de 1970 a 1980 trazendo para discussão como que os movimentos sociais conseguiram reaparecer na cena pública depois da ditadura.

a luta cotidiana das pessoas. Essa experiência de mobilização no interior das fábricas ajuda as pessoas se conscientizarem dos seus direitos sociais, como por exemplo, melhor atendimento nos bens coletivos como trens, hospitais públicos, dentre outros.

Através do trabalho de Éder Sader pudemos verificar de que forma os trabalhadores começam a se reorganizar na esfera pública, ou seja, se Amnéris trabalha com as questões da resistência dos trabalhadores no interior das fábricas, já o autor em questão procura transpor estes muros fabris para entender como que a sociedade civil está se organizando para resistir ao momento de transição entre a ditadura e a democracia no país.

Por isso, a historiografia brasileira é marcada por dois momentos: um antes e um depois 1978, principalmente, devido às organizações de trabalhadores no interior das fábricas e também uma significativa mudança de comportamento da sociedade civil.

Fatos concretos como o aparecimento de líderes sindicais, comissões de fábricas que politizem e incentivem os demais trabalhadores, membros da Igreja Católica que começam a organizarem-se em comunidades de base, trazendo e discutindo os direitos dos cidadãos e questionando o desmando dos governos, tudo isso amplia o leque de possibilidades para os menos favorecidos economicamente.

Neste clima de desprendimento da busca de bens materiais individuais, os cidadãos procuram dar prioridade aos ganhos coletivos que se traduzam em bem estar para toda sua comunidade, tanto na vizinhança quanto no interior das fábricas. As idéias começam a circular, as pessoas se propõe a

participarem dos movimentos de resistência ao modelo político e a questionarem coletivamente os seus interesses em comum.

Estas mudanças acontecem com diversas categorias de trabalhadores. Seus objetivos, suas necessidades passam, com o tempo, a serem as mesmas. E neste sentido, a categoria dos profissionais ligados à educação também começam a se apresentar no cenário público de luta.

Pudemos constatar através de bibliografia, falas de políticos e outros documentos que a partir da década de 70 estão ocorrendo profundas transformações também no seio da classe tida como “esclarecida” devido ao seu alto grau de instrução e informação.

As transformações que estão ocorrendo no bojo da classe dos trabalhadores com educação não perpassam apenas no que diz respeito a melhores condições de trabalho, salários dignos, mas sim têm sua profundidade aguçada devido a reivindicação do reconhecimento profissional de toda uma categoria de trabalhadores. Pois se até aquele momento, quem estava trabalhando como educadores, normalmente, eram mulheres e que, portanto, tinha seus salários para completarem a renda do marido ou para seu próprio uso em meados de 70 em diante o campo de trabalho na educação irá abarcar mais homens responsáveis por manterem suas famílias e mesmo mulheres que são obrigadas a sustentarem filhos e maridos quando este não consegue vaga no mercado de trabalho.

Outro fato interessante é que todas as categorias de trabalhadores estão em busca da valorização profissional e, neste sentido, os trabalhadores da Educação souberam, como poucos, que era a hora correta de fazer as autoridades entenderem este fato e lhes garantir estabilidade de emprego, salários dignos,

condições adequadas para exercerem sua profissão dentro dos ambientes escolares, entre outros.

Outro aspecto interessante na área dos profissionais ligados à educação diz respeito ao abandono da idéia de que ser professor é uma benção de Deus para transformar-se em um profissional como outro qualquer, ou seja, deve-se valorizar e retribuir financeiramente este profissional pelo seu trabalho e não apenas lhe ter reconhecimento social, caso comum até meados de 70 no país.

Através deste estudo rápido das décadas de 60 e 70 pudemos verificar que são grandes as transformações no seio da sociedade brasileira e que, portanto, de grande complexidade para ser analisado em apenas um trabalho de monografia.

Portanto, neste primeiro capítulo procuramos pincelar como a sociedade civil estava se organizando para enfrentar o momento de transição da ditadura para governos mais democráticos. Além é claro, de entender que estas transformações ocorreram devido a um grau elevado de comprometimento e participação da sociedade civil na esfera da resistência e perseverança na luta de seus direitos na mudança do sistema de governo autoritário para um governo tido como democrático.

Esperamos que nos próximos capítulos possamos ir aprofundando cada vez mais as discussões acerca dessas transformações que estão ocorrendo a nível nacional e local, para em seguida podermos entender nosso assunto imediato de pesquisa, qual seja, a greve dos professores públicos do Estado de Minas Gerais.

CAPÍTULO II

O OLHAR DA IMPRENSA E DOS DEPUTADOS*¹¹

Neste capítulo procuraremos levantar como que a imprensa e os deputados mineiros enxergaram as questões específicas às greves ocorridas no Estado de Minas, dando ênfase para a paralisação dos professores da rede pública. Optamos por dedicar este estudo para o “olhar” que a imprensa e a sociedade civil em geral lançaram sobre este movimento com o intuito de recuperar as várias análises e opiniões a respeito deste assunto naquele ano de 1.979.

Para entendermos o anseio de liberdade sentido pelos mineiros e como este sentimento foi um dos grandes responsáveis pelos atos de protestos contra o regime autoritário basta regredir um pouco em sua história.

O Estado de Minas Gerais sempre se orgulhou de contar em sua história com personagens tidos como libertários, dentre eles, podemos citar Tiradentes (o expoente dos ideais de liberdade no Estado). Defensores dos ideais de liberdade desde a época do Brasil colônia, no período em questão, os mineiros sentiram aflorar em seus ânimos a busca pelo enfrentamento ao governo ditador como forma de garantir sua participação histórica nas questões políticas do país.

É interessante destacar que este expoente libertário está inscrito na História “heróica” de Minas Gerais, mas mesmo assim, nos dá condições de entender a importância dos ideais de liberdade na consciência e também imaginário dos trabalhadores mineiros.

¹¹ Texto extraído de análise junto a atas da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, recortes de matérias jornalísticas.

Assim sendo, adotando aqui o discurso da História Heróica Mineira, transpondo-se no tempo, os gritos de liberdade vêm ecoar até os dias de nossa análise. Nos anos em estudo (78 e 79), como em todo o país, os trabalhadores de Minas Gerais, bem como, todos os cidadãos mineiros estão sentindo na pele os reflexos da ditadura militar que perdura em nosso país desde a década de 60 deste século.

Inquietos diante de tantas arbitrariedades cometidas pelos governantes, também os mineiros, resolvem partir para uma ação concreta de protesto, como muito bem nos coloca Emílio Haddad (MDB) na Assembléia Legislativa no ano 1.979:

“(...) Num momento em que se processam aberturas políticas, grande número de categorias de trabalhadores assalariados cruzam os braços reivindicando, além de aumentos salariais, outros direitos, incluindo alguns que lhe são atribuídos legalmente pela CLT* e outros que foram abolidos(...)”¹²

Esta e vários outros depoimentos dos deputados e demais autoridades tratam da questão das greves que “pipocam” em todo Estado. Através da leitura atenta a vários pronunciamentos dos deputados ou de

¹² Discurso do Deputado Estadual Emílio Haddad (MDB) na diretoria das comissões. 35ª reunião extraordinária, realizada em 08/01/79. Publicado no Diário da Assembléia em 19/06/79.

convidados da assembléia para se pronunciarem durante as reuniões pudemos verificar que o sentimento destes eram, em sua maioria, favoráveis aos movimentos grevistas.

Com relação à produção jornalística, através de seu jornal de maior expressão (Estado de Minas) tenta trazer as últimas informações de como se processam as paralisações, seus adeptos, a reação das autoridades a favor ou contra as paralisações, além de exercer seu papel de “espalhador” das notícias para o todo o Estado, um exemplo deste posicionamento pode ser visto na matéria publicada em maio de 79 quando este jornal coloca:

“Desde 1974 não se uma manifestação como esta” assim os deputados - estavam presentes todos os membros das duas bancadas da Assembléia Legislativa - viram a concentração que reuniu mais de 10 mil professores, em frente à Assembléia Legislativa, para “mostrar ao governo que o nosso movimento grevista tem rosto”, segundo eles próprios disseram. O clima de emoção da concentração já era sentido antes das 17h, quando milhares de professores da capital e de 52 cidades do interior, portando

faixas com os mais diferentes dizeres, começaram a chegar ao local do encontro”¹³

A matéria citada acima prossegue trazendo as posições dos Deputados tanto aqueles que falavam a favor do movimento como também contrário ao mesmo. Destacava ainda, a presença e a fala de representantes de sindicatos, representantes dos professores.

No entanto, pudemos também, verificar que a presença e mesmo apoio destes Deputados aos movimentos grevistas e, principalmente aos dos professores, tem um claro propósito de se aproveitar daquele momento de reviravoltas, de exposição na mídia, para se manterem em contato com os eleitores, ou seja, manterem-se “vivos” aos olhos destes com vistas a garantir seu espaço nas próximas disputas eleitorais.

Os deputados mineiros expressam o sentimento que perdura entre as categorias de trabalhadores mineiros ao enfatizar que os mesmos adotam o ato de “cruzar os braços” como forma de garantir que seus direitos sejam respeitados.

O estado mineiro, como todos os demais da Federação, sofreu intervenção de militares, teve seu governador nomeado pelo presidente da República e em consequência desse processo viveu quase que paralisado politicamente nestas duas décadas.

Com o despertar para as transformações sociais, políticas e econômicas no final do período dos governos militares, também, aqui em Minas

¹³Matéria jornalística veiculada no Jornal Estado de Minas, 23/05/79, pg. 05

Gerais, se fez sentir a necessidade, por parte dos trabalhadores, de lutarem por seus direitos e expressarem seu descontentamento com os rumos da política nacional e isto foi retratado pela imprensa através de matérias que procuravam mostrar como se organizavam tanto a sociedade civil quanto os poderes públicos.

Nos anos de 1.978 e 1.979 fervilharam greves em quase todos os cantos habitados do Brasil e de forma mais acentuada nas capitais dos Estados.

Em Minas Gerais a reação aos desmandos dos militares teve sua eminência na capital Belo Horizonte.

A imprensa, através do jornal “Estado de Minas”, procurou em suas páginas dar ênfase às greves, relatando as cidades em que tinham greves, levantando números de cidades e trabalhadores parados como bem nos mostram as manchetes:

“EM BH, 300 EMPREGADOS EM GREVE”, “EM 215 DAS 320 ESCOLAS DE BH, AS AULAS JÁ FORAM PARALISADAS”, “PROFESSORAS MANTÊM GREVE E O GOVERNO FAZ LEVANTAMENTO”, “QUINZE MIL PROFESSORES PODEM FAZER GREVE AMANHÃ”, “GREVISTAS GARANTEM QUE 90% DAS ESCOLAS ESTÃO PARADAS”, “DEZ MIL PROFESSORES NA ASSEMBLÉIA” “PROFESSORAS FAZEM PASSEATA E DECIDEM MANTER SUA GREVE”, “SITUAÇÃO DOS PEDREIROS E SERVENTES EM BH É CALMA”, “EM SETE LAGOAS, A OCUPAÇÃO”¹⁴ estas são algumas das inúmeras manchetes de jornais que

¹⁴ Manchetes de matérias jornalísticas veiculadas pelo Jornal Estado de Minas durante o mês de Junho/79.

trataram a questão das greves que movimentaram a cidade de Belo Horizonte no ano de 1.979, bem como, os movimentos no interior do Estado.

Em cada matéria o Jornal procurava passar a seus leitores dados estatísticos e como os grevistas se aparelhavam para o enfrentamento a seus patrões, seja ele o Estado ou donos de empresas privadas.

Através dos recortes de matérias jornalísticas dos anos de 1.978 e 1.979, pudemos verificar que a capital Belo Horizonte tornou-se o local preferido para o encontro de grevistas, tais como: comerciários, pedreiros, professores, pois facilitava aos comandos de greve, que em sua maioria tinha sua direção na Capital Mineira.

No entanto, a greve que mais se destacou e que mais aparece no material pesquisado, sem dúvida, foi a paralisação promovida pela categoria dos professores públicos estaduais.

Mesmo tendo ciência de que houve greves de diversas categorias de trabalhadores, optamos por delimitar e aprofundar nosso trabalho de pesquisa apenas no que tange a greve no setor educacional, dado ao nosso propósito de estudar um pouco mais a respeito da greve dos professores estaduais.

Procuramos dar prioridade a greve dos professores e entender como a sociedade, através de seus representantes na assembleia legislativa, o poder executivo e a imprensa trataram esta paralisação por melhores salários, melhores condições de trabalho, além do reconhecimento do educador como profissional da Educação

No âmbito do Governo Mineiro pudemos verificar que houve rejeição óbvia a todas as greves. Porém, com relação à greve dos professores, a

situação tornou-se mais aguda devido ao embate direto entre trabalhadores e a personificação do patrão através do próprio Estado.

Diante de uma afronta desta relevância ao Estado/patrão diversas foram as medidas adotadas pelo Governador e seus auxiliares diretos para combater a paralisação em todo o Estado. Na capital mineira, por exemplo, a polícia militar foi chamada várias vezes para acabar com assembléias e passeatas de protesto.

No entanto, a ação da polícia militar para dispersar os manifestantes extrapolou na medida que foram usadas armas como cassetetes, gás lacrimogêneo, cavalaria, entre outros, como revela o Deputado Estadual Cássio Gonçalves (MDB) ao relatar no plenário da assembléia ato de violência policial quando coloca:

**“...Quero me referir a maneira
brutal, barbara, selvagem, desumana,
assassina mesmo com que a polícia
militar reprimiu ontem a
manifestação pacífica dos
trabalhadores e estudantes que
protestavam contra as prisões de seus
representantes ocorridas a partir do
final desta semana(...)
Manifestação pacífica repito.
Desarmada, é bom ficar claro.
Ordeira, é necessário frisar.**

Entusiasmada, entretanto, com entusiasmo daqueles que sabem porque lutam e, por isso são generosos.

Contra este grupo de jovens, de senhoras, de mães, de mineiros investiu a Polícia Militar literalmente bombardeando a população, espancando indiscriminadamente com os cassetetes e a técnica importada dos assassinos internacionais...”¹⁵

Além do relato transcrito acima - de Cássio Gonçalves - encontramos diversas outras citações da violência contra trabalhadores e seus familiares em função de perseguição política.

Já o Jornal Estado de Minas traz matéria destacando o aparato policial envolvido na ação de repressão à concentração dos professores, relatando:

“Aproximadamente 200 policiais do DOPS, Metropol e delegados recrutados nas seccionais, distritos e Departamentos de Investigação, além de pequenos contingentes da Polícia

¹⁵ Discurso do Deputado Estadual Cássio Gonçalves (MDB) na Diretoria das Comissões. 82ª reunião ordinária, realizada em 22/08/79. Publicado no diário da Assembléia em 24/08/79.

**Militar, armados com cassetetes de
borracha e madeira
intensificaram o lançamento de
bombas de efeito moral e gás
lacrimogêneo contra três mil
manifestantes...”¹⁶**

Nos registros da Assembléia Legislativa ainda levantamos várias falas onde reaparece a questão da importância suprema que a greve dos professores teve em relação às demais categorias de trabalhadores grevistas e também sobre repressão policial, de diretores escolares que sofreram estes trabalhadores do ensino.

Pois, segundo estas mesmas fontes, a greve do professorado teve duas características, específicas e importantes, quais sejam: a primeira é a questão do Estado/patrão em confronto direto com os trabalhadores, ou seja, a torna uma greve política na medida em que conseguiu colocar a população mineira a favor dos professores e contra o Estado/poder; por outro lado, foi a greve que teve o maior apoio de todos os segmentos organizados da sociedade mineira devido as suas justas reivindicações.

Portanto, o que percebemos é que a greve dos professores estaduais mineiros chamou a atenção dos deputados devido às suas justas reclamações quando Cássio Gonçalves, nos diz:

¹⁶Matéria jornalística veiculada no Jornal Estado de Minas, 30/05/79,pg.06

“(...) Os professores mineiros(...) têm sofrido as conseqüências de uma política contrária aos seus interesses e, salvo engano, há mais de 10 anos esta categoria não consegue se manifestar devidamente organizada, no sentido de reivindicar seus direitos.

Agora, mais de 100.000 professores, em todo o Estado de Minas Gerais dão uma demonstração de consciência, de organização, e se apresentam reivindicando melhores condições de trabalho e vida. O movimento histórico que eles promovem, depois de 15 anos de regime autoritário, extravasa o seu caráter meramente reivindicatório, para assumir caráter político de maior relevância.”¹⁷

Assim, em todas as falas dos deputados e mesmo representantes do Executivo que se pronunciavam no plenário da Assembléia estava a aparente preocupação com os rumos e com as conseqüências que a greve dos

¹⁷ Discurso do Deputado Estadual Cássio Gonçalves (MDB) na Diretoria das Comissões. 34ª reunião extraordinária. Realizada em 07/06/79

profissionais da Educação poderiam tomar, devido às suas justas reivindicações e também por se tratar de um movimento que conseguiu aglutinar forças sociais importantes, além de mostrar a aparente fraqueza do sistema de controle social imposto pelos governos militares.

Se por um lado havia os deputados favoráveis e defensores do movimento grevista da categoria de professores, por outro lado, havia também, aqueles tidos como de “situação”, os quais, adotam a mesma falácia das autoridades governamentais, ou seja, utilizam-se de seus cargos e da tribuna da Assembléia para desqualificar a greve enquanto movimento organizado de trabalhadores.

As principais ofensas ao movimento são de caráter moral. Estes deputados “situacionistas” dizem que são alguns “baderneiros”, “subversivos” que estão fazendo os protestos nas ruas liderados por partidos e pessoas de esquerda que querem implantar a desordem e o “comunismo” em nosso país.

A preocupação destes deputados eram desqualificar a greve e seus organizadores, chamando-os de bagunceiros. Outro ato das autoridades contrárias às greves era tentar desmobilizar os sindicatos e as associações criando o terrorismo da demissão, da perseguição e, principalmente, das prisões e mortes que não eram explicadas aos familiares dos “desaparecidos”.

Já pelo lado dos deputados considerados de esquerda, ainda que pequeno número, está também a oportunidade de se aliar a um movimento forte politicamente para em futuro próximo, quem sabe, tirar algum proveito eleitoral.

Existem ainda, aqueles deputados que estão de fato interessados em mediar as negociações com o poder executivo, na tentativa de garantir os

direitos de cada professor. Há entre estes deputados aqueles que usam a tribuna da Assembléia para fazer discursos emocionados, como foi o caso do Deputado Euripedes Craide:

“Nunca nesse Estado se valorizou o professorado, nunca alguém voltou seu olhar para as mestras e para aquilo que têm feito nas escolas, no setor nobre da Educação.

Se a história resgatasse os grandes movimentos que marcaram época, registraria sem dúvida o atual movimento de greve que atinge não apenas Minas Gerais mas se espalha por todo país numa demonstração de que agora, o professor terá a sua vez, terá a oportunidade de falar, e ser ouvido e sentido por aqueles que governam o Estado.”¹⁸

Vale ressaltar que em todo material pesquisado em meados de 1978 e 1979, a prioridade da notícia, do discurso está voltado para os movimentos

¹⁸ Discurso proferido pelo Deputado Estadual Euripedes Craide na Diretoria das comissões. 62ª reunião ordinária. Realizada em 19/06/79, publicado no Diário da Assembléia em 03/07/79.

sociais que estão acontecendo, no entanto, nenhuma greve no Estado Mineiro chamou mais atenção do que a greve dos professores.

A participação da imprensa mineira (aquela organizada através dos grandes jornais) procurou destacar as greves, no entanto, em nenhum momento se posicionou politicamente a favor ou mesmo contra, apenas procuravam reproduzir as falas e os números levantados durante as entrevistas. É bom lembrar que além da imprensa “empresária” havia vários outros tablóides ligados aos partidos de esquerda, aos movimentos sindicais e a outros segmentos organizados.

Este modelo de imprensa, tida como clandestina pelas autoridades, buscava espalhar as notícias dos movimentos grevistas, denunciavam torturas e chamavam a população a participar das organizações e se reunirem em torno das lutas sociais.

É necessário lembrar também que a greve teve seu ponto culminante na capital mineira, devido, justamente de se formar ali o “comando de greve” de praticamente todas as categorias, além é claro, de se conseguir maior participação de pessoas que incentivavam o movimento e tidas como mais “esclarecidas” com relação a organização de embates desta natureza.

Através destes comandos os professores e demais categorias realizavam assembléias, deliberavam a continuidade ou não do movimento, negociavam com o poder executivo ou o legislativo, definiam as metas das negociações, as formas e diretrizes do movimento como um todo.

As demais cidades do interior enviavam seus representantes para a Capital com o intuito de fortalecer e ajudarem a pressionar as autoridades para a solução dos impasses durante as negociações.

No caso da greve dos profissionais da Educação, o comando geral, através de assembléias, definiam com a categoria as principais reivindicações, quais sejam, melhores salários, melhores condições físicas dos ambientes escolares, concurso público para se efetivar os profissionais que estavam trabalhando apenas através de contratos esporádicos, adoção de um currículo escolar mais atualizado, entre outros inúmeros itens relacionados na pauta de reivindicações.

Diante de tantos questionamentos em torno da greve dos professores pudemos constatar a presença, tanto nas falas quanto nos recortes jornalísticos, a discussão acerca de conceitos historicamente definidos, como, por exemplo, a questão da segurança nacional, patriotismo, tradição, repressão, entre outros temas, que foram apropriados pela classe dominante com o propósito de utilizá-los para subordinar ainda mais a massa da população.

Portanto, o que se pode concluir após analisar as falas dos deputados e o material jornalístico da época, é que a greve dos professores públicos mineiros foi um marco sem precedente para este Estado. Este fato tornou-se comum a todas as cidades mineiras, por isso mesmo, quem sabe, um ponto de unir profissionais de regiões e cidades tão distantes e diferentes dentro do vasto território mineiro.

Várias são as citações de deputados, representantes do executivo e mesmo material jornalístico produzido a respeito dessa greve nas cidades do interior de Minas, como mostra a reportagem do Estado de Minas,

**“Quatorze cidades mineiras estão
com seus estabelecimentos de ensino**

completamente paralisados, segundo informou o comando de greve...”¹⁹

E, assim, em forma de cascata todas as cidades vão paralisando as aulas, tanto as grandes cidades como: Juiz de Fora, Uberlândia, como também as pequenas. O Jornal Estado de Minas trouxe em uma matéria intitulada “Adesões” onde lista um total de aproximadamente 336 cidades onde o comando de greve informa a paralisação das aulas.

Diante de tantos fatos e informações a respeito da greve em todo o Estado torna-se difícil analisá-los em apenas um trabalho, por isso, fizemos este pequeno levantamento para em seguida passarmos, no próximo capítulo, a tratar como os profissionais que atuaram durante esta greve enxergaram este movimento.

¹⁹ Materia Jornalística veiculada no Jornal Estado de Minas, 18/05/79, pg. 05

CAPÍTULO III

O OLHAR DOS ENVOLVIDOS*²⁰

Realizado este primeiro momento de contextualização da situação política, econômica e social do Brasil nos meados das décadas de 60 e 70, *e principalmente em Minas Gerais* passaremos à nossa análise da participação dos professores, bem como, procurar entender como estes trabalhadores “viram” e “sentiram” aquele movimento grevista de 1.979 dos professores públicos estaduais em Uberlândia. Realizamos este trabalho de forma crítica, sempre trazendo à nossa discussão, os fatos ligados à experiência prática e a participação cotidiana dessa categoria profissional. Suas ansiedades, seus conceitos, sua forma de organização, o envolvimento ou não da categoria durante o movimento grevista, entre outros tantos fatos que não podem ser esquecidos quando estudamos um movimento dessa natureza.

Para realizar este trabalho utilizamos da própria fala, através de entrevistas, com aqueles professores envolvidos no movimento de paralisação de suas atividades. Sabemos que trabalhar com a História Oral implica entender que essa está repleta de subjetividade e, ainda, que precisamos reconhecer as diferenças existentes entre a fonte oral e as outras fontes, como a escrita, por exemplo, como nos coloca Mercedes Vilanova ao discutir justamente ao defender a fonte oral quando diz:

**“Quanto às fontes orais, são
intrinsecamente diferentes das**

²⁰ Material produzido a partir da análise de fontes bibliográficas, recortes de jornais e, principalmente, pela fala dos professores participantes da greve de 1.979.

fontes escritas, mas do mesmo modo úteis”.²¹

E ainda prossegue,

“A meu ver, a subjetividade criadora da fonte oral tem de ser defendida”.²²

Portanto, neste estudo está presente o sentimento mais subjetivo e, às vezes, até inconsciente dos professores que se dispuseram a nos ajudar neste levantamento, através de suas entrevistas. É preciso dizer ainda, que estas mensagens de cada professor está envolta de sentimentos e perspectivas posteriores ao movimento, como seus os desdobramentos, seus resultados e, principalmente, suas características políticas adotada por cada professor depois da greve de 1.979.

Após termos visto como estavam os assuntos relacionados à política e a economia, e ainda, os surtos de greves que se espalharam pelo país, agora, passaremos a tratar destes assuntos no seio da sociedade da cidade de Uberlândia sob o prisma dos participantes do movimento social local, procurando fazer a ponte entre este fato e aqueles acontecimentos a nível nacional.

Em recortes de jornais do ano de 1.979, pudemos verificar que diversas categorias de trabalhadores radicados em Uberlândia realizaram paralisações e mesmo greve por tempo indeterminado para reclamarem por melhores salários e condições de vida. Entre estas categorias podemos citar

²¹Marieta Moraes. Org. História Oral, pg. 46

²²Marieta Moraes. Org. , História Oral pg. 47

as manchetes do Jornal “Correio de Uberlândia” que diziam: **“GREVE DOS BANCÁRIOS PARALISA ATIVIDADES NA MAIORIA DAS AGÊNCIAS LOCAIS”***²³, **“AINDA SEM SOLUÇÃO A PRIMEIRA GREVE REGISTRADA EM UBERLÂNDIA”***²⁴, **“PROFESSORES DE UBERLÂNDIA FICARÃO EM GREVE ATÉ DECISÃO GOVERNAMENTAL”***²⁵

Dentre estas categorias trataremos mais especificamente sobre a greve dos trabalhadores do ensino público estadual na cidade.

Tida como terra de um povo trabalhador e empreendedor, a cidade, nos anos em questão experimentava um crescimento acelerado e voltado para a formação de um dos maiores centros urbanos no interior do país e que recebia as informações e influências dos “ventos democráticos” das grandes capitais como São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, entre outras.

Se, por um lado, até meados de 70 a cidade podia ser considerada uma província, dominada pelos grandes latifundiários, tidos como “coronéis” da política local, os quais eram responsáveis e, por assim dizer, a expressão de toda e qualquer organização social ou política do município, por outro lado, paralelamente às grandes mudanças que estão ocorrendo no país, a cidade de Uberlândia, através de seus trabalhadores,

²³Reportagem que trata do movimento grevista dos bancários, reivindicando melhores salários, Jornal Correio de Uberlândia, 18-19 de agosto de 1.979, 1ª página.

²⁴Trata-se de reportagem a respeito da greve dos vigilantes das casas de créditos brigando por seus direitos, Jornal Correio de Uberlândia, 17 de maio de 1.979, 1ª página.

²⁵Matéria jornalística chamando atenção sobre a greve dos professores na cidade de Uberlândia, Jornal Correio de Uberlândia, 25 de maio de 1.979, 1ª página.

“desperta” para as questões gerais, como: democracia, liberdade de expressão e organização, dentre outros.

Neste intervalo histórico pudemos perceber, através do material pesquisado, o “aparecimento” no imaginário social local a questão da divisão da sociedade uberlandense em classes, as quais, até aquele momento, se passava aos olhos de seus habitantes como participantes de uma única casta social, enquanto discurso. Neste momento começa-se a delinear para os donos do poder local a divisão da sociedade em classes diferentes e antagônicas em seus objetivos imediatos, ou seja, se enxerga uma classe de trabalhadores desprovidos dos seus meios de subsistência básica e que, portanto, precisam buscar uma melhoria em suas condições de sobrevivência.

É importante destacarmos que estas “idéias democráticas”, esse “acordar” da sociedade civil local não se deu de forma súbita, mas sim, chegaram à cidade provinciana de Uberlândia disseminadas pelos meios de comunicação, tais como: televisão, rádios, jornais, panfletos e tantos outros meios. Neste caso, o que nos demonstrou o material pesquisado foi a importância que os jornais/tablóides, tais como: “A Voz da Unidade”, “A Tribuna Operária”, “O Trabalho”, “Em Tempo” e tantos outros ligados aos grandes centros urbanos e aos movimentos sociais tidos como de esquerda que se espalharam por todo o país tiveram na vida de simples mestres de uma cidade interiorana, como bem relata a professora Jerônima de Paula ao dizer:

“1979 foi um ano marcante para muita gente. Foi um período de uma movimentação incrível no

país inteiro. Nós fomos muito influenciados pelas greves no ABC paulista. O Lula estava despontando como uma figura de expressão nacional - a partir do movimento sindical. Havia todo o processo de abertura política conduzido pelo Figueiredo, pressionado pelo movimento pela anistia, as manifestações contra a carestia e o movimento estudantil que se organizava novamente. E, especificamente para nós, um fato muito importante foi a greve da construção civil em Belo Horizonte - que aconteceu logo após o término do nosso movimento, mas com características totalmente diferentes.”²⁶

Através destes tablóides os professores obtinham informações acerca do andamento das demais organizações de trabalhadores, artistas, principalmente, nas grandes capitais como São Paulo e Rio de Janeiro, como nos informou a professora Nilza Alves quando, em sua entrevista, narra como

²⁶ José Carlos Evangelista de Araújo. Entrevista da professora Jerônima Menezes, Uberlândia, 1997.

aconteceu o início do movimento grevista dos educadores na cidade de Uberlândia, ao dizer:

“Eu estava na sede do Jornal O Triângulo quando o jornalista Ivan Santos atendia, pelo telefone, a um jornalista da Folha de São Paulo que queria saber sobre algum movimento de greve na cidade. Em resposta ao jornalista da Folha o Sr. Ivan respondeu que aqui não tinha nada não. Aqui era um cerradão. Neste momento senti necessidade de organizar e procurar meus colegas para fazermos alguma coisa. Fui para a minha escola (Messias Pedreiro) conversei com a Carmem e na hora do intervalo resolvemos fechar a escola. Seguimos para o colégio José Inácio e fizemos a mesma coisa e assim fomos procurando as demais escolas e fechando-as também.”²⁷

²⁷ Nilza Alves, entrevista, Janeiro, 1999.

Se os anos 70 marcaram muito na questão da luta por questões sociais mais justas, com certeza estas se dão também em função do aparelhamento da sociedade civil para o enfrentamento às questões gerais impostas pela super-exploração capitalista e, também, as posturas ideológicas imposta pela ditadura que passa no país desde a década de 60.

Neste sentido, de enfrentamento total às questões sociais de sobrevivência, como, moradia, melhores salários, bens públicos coletivos e, também, pelo lado ideológico, buscando liberdade de expressão, organização, democracia, respeito aos direitos humanos, entre outros é que os professores se dispuseram a se organizarem.

Portanto, o que pudemos verificar é que todo o país é contaminado pelos movimentos civis de organização e Uberlândia por estar, inclusive geograficamente, bem localizada na região sudeste, (como já destacamos anteriormente) rapidamente se envolve nos movimentos reivindicatórios, inclusive grevistas.

É bom destacar que diante de inúmeras paralisações ou greves, a que mais se destacou, pelo tempo de duração e pela sua própria forma de organização, sem dúvida, foi a que envolveu os profissionais de educação, funcionários do Estado de Minas Gerais.

A paralisação dos profissionais da Educação se diferenciou das demais greves devido ao “status” social que estes profissionais possuíam. Até meados daquela década, os profissionais que trabalhavam nas salas de aula eram considerados missionários responsáveis por ensinar (catequizar) seus alunos, ensinando-lhes as “primeiras letras” como se isto fosse um “dom”

recebido de Deus e que, portanto, não precisariam de recompensa financeira para sua realização, mas, apenas de reconhecimento social.

“Em 1979 ainda vivíamos aquela concepção segundo a qual o magistério seria um sacerdócio, ou uma forma útil de passar o tempo - ainda que já houvesse muitos elementos que apontassem para outras possibilidades. Mas não era incomum escutarmos professoras que diziam: olha, eu trabalho para comprar bombom para mim. Mais nós invertemos tudo isso. Nós fomos para a categoria explicando porque deveríamos nos identificar enquanto trabalhadores, começamos a difundir esta nova identidade”.²⁸

Outra pessoa a trazer a questão da visão de sacerdócio no magistério, inclusive discutindo como esta idéia de missão perdurava até meados de 1.979, foi a professora Liberalina quando comentou:

²⁸ Nilza Alves, entrevista, Janeiro, 1.999.

“Naquela época não se valorizava ninguém. Todos os diretores, coordenadores achavam que era como o exercício do sacerdócio, por isso tínhamos que nos sacrificar. Certa vez uma diretora minha falou que desde o tempo que os antigos filósofos ensinavam nas praças nada recebiam. Depois foi criado a figura do preceptor que geralmente era um sacerdote que tinha mais cultura e que ia até as famílias ensinar recebendo apenas o sustento para sua sobrevivência e por isso o professor não precisava e nem “podia” reivindicar pois já devia ter em mente qual era a sua missão. `As vezes aparecia uma turma que não acreditava e nem aceitava as colocações da diretora, no entanto, dentro da escola nada era falado, apenas fora dela.”²⁹

²⁹ Professora Liberalina, entrevista, 1.999

Diante deste pensamento, os professores tinham uma missão sagrada não podiam discutir e mesmo reivindicar salários, não eram trabalhadores, apenas professores.

Esta questão de ser trabalhador, aliás, foi outra que repercutiu profundamente no seio da classe, gerando bastante polêmica, haja vista que estes profissionais não se identificavam como trabalhadores justamente pela conotação pejorativa que se tinha em relação a este termo. No imaginário daqueles professores não se admitia serem tratados de “trabalhadores”, pois pensavam que trabalhadores eram aquelas pessoas que realizavam trabalhos manuais, portanto, “inferior” ao trabalho intelectual realizado pelo mestre.

Segundo os depoimentos de vários participantes deste movimento um dos preconceitos de mais difícil superação para a categoria foi justamente o de vencer esta resistência de não se sentirem trabalhadores e se identificarem enquanto tal. Por isso mesmo, se sentirem merecedores de recompensa financeira digna, ou seja, remuneração legítima por seu trabalho realizado. Temos conhecimento de fatos de que as próprias pessoas ligadas à coordenação do movimento da categoria não aceitavam o fato de serem qualificados como trabalhadores.

A greve em análise tem suas peculiaridades específicas e, enquanto tal, devem ser analisadas. Por se tratar de um serviço público, oferecido à maioria da comunidade e, portanto, uma atividade intrinsecamente política, ou ainda, à mercê de políticos que fazem destes profissionais verdadeiros “currais” eleitorais devem ser consideradas.

Neste sentido, várias serão as dificuldades para serem superadas no interior da classe de trabalhadores naquele momento de 79. Alguns poucos

professores, sob a liderança dos profissionais lotados na Escola Messias Pedreiro, resolveram a partir de uma súbita reunião, na hora do intervalo, a convocar os colegas a pararem suas atividades, coisa que já estava acontecendo em mais cidades mineiras. Estas dificuldades se dão justamente por se tratar de um período onde estes profissionais eram usados como “cabide” eleitoral por alguns deputados, prefeitos, vereadores, portanto, os benefícios, as promoções alcançadas até aquele momento eram por intermédio de favores políticos e, devido a isto, a categoria encontrava-se totalmente desvinculada.

Portanto, com a categoria (na verdade não se possuía categoria no sentido literal da palavra) desmobilizada a única forma encontrada por algumas professoras (já que naquele momento as mulheres eram a maioria dentro das salas de aula) foi partir para o “corpo a corpo” para com as suas colegas.

Assim, encontrando nos profissionais da Escola Messias Pedreiro uma determinada dose de “espontaneidade”, todos os professores decidiram “fechar” sua escola e partir para outras entidades escolares em busca do apoio dos demais companheiros.

Como que cansados das arbitrariedades políticas e econômicas que estão ocorrendo em todo o território brasileiro, e em suas características peculiares, a nível estadual e local, o ato de paralisar suas atividades vislumbra como uma prática real e possível de expressão.

Diante das transformações ocorridas na década de 60 e 70, com a concentração da população em centros urbanos, com desmantelamento da família nuclear básica, além do incentivo ao consumo, o baixo salário dos

professores, a falta de empregos, entre outras mudanças levam os professores a discutirem seus salários e sua condição de professores/profissionais.

A maioria dos professores uberlandense, na verdade, eram professoras, que vinham de uma família de classe média (mesmo porque naquele momento não se entendia a sociedade local como subdivida em classes sociais diferentes) e que, portanto, não necessitavam de seus salários para sua sobrevivência e, principalmente, não tinham como obrigação o sustento de seus dependentes.

Se até aquele momento tínhamos como base da sociedade local a chamada família nuclear, composta por pai, mãe e filhos, a partir dos anos 70 as transformações ocorridas no seio dessa comunidade, já altera a base destes grupos familiares. Com a perda salarial sofrida pelos “chefes” de famílias e mesmo com o ingresso de grande número de homens para as salas de aula, a questão missionária é deixada de lado em busca de uma recompensa financeira que lhes garanta a sobrevivência dos próprios professores e seus dependentes.

De meados de 70 em diante as professoras já não podem mais “gastar” seus salários apenas na compra de bombons - como muitas gabavam de falar - mas sim, precisavam atender às novas demandas da sociedade capitalista. Precisavam adquirir uma gama bem mais variada de bens de consumo, “sentiam” necessidade de comprar um carro mais novo, seus maridos ou pais estavam perdendo os seus empregos, seus casamentos já começam a ruir com mais facilidade e estas se viam obrigadas - de uma hora para outra - a sustentarem a si mesmas e seus filhos.

Por se tratar de um primeiro passo no sentido de organização do professorado uberlandense e, mesmo, a nível de Minas Gerais, as dificuldades foram inúmeras. Durante o movimento grevista de 1.979 faltava tudo, desde a experiência na militância em movimentos dessa envergadura até um simples local para suas reuniões.

A primeira reunião depois da deflagração da greve foi realizada no salão do sindicato dos bancários, onde os professores que compareceram não sabiam nem ao certo o que deveria ser tratado naquele momento. Após o impulso “espontâneo” de paralisar as atividades, agora era chegada a hora de deliberar e organizar a prática desta greve.

Em um primeiro momento, organizou-se uma coordenação para o movimento e convocou uma pessoa do comando de greve do Estado para vir a Uberlândia e instruir como os professores daqui deveriam se processar. Feito os devidos esclarecimentos, coube ao comando de greve local “correr” atrás de local para suas reuniões e assembléias, material para divulgação da greve, incentivar cada vez mais a categoria para que ela não deixasse abalar pelos rumores de repressões e prisões que ocorriam de forma generalizada nos meios de organização de trabalhadores a nível nacional.

Com relação ao local para a concentração da categoria, foi rapidamente resolvido através da concessão do pátio da Paróquia de Nossa Senhora Aparecida pelo bispo local. Quanto aos outros meios físicos de organização do movimento foi-se conquistando aos poucos, tomando emprestado com os parentes dos professores ou mesmo com os próprios. Nesse momento de organização do movimento pode-se sentir o quanto a

categoria se solidarizou uns aos outros, a ponto de doarem seus próprios bens para a viabilização da greve.

A falta de estrutura física para a organização do movimento grevista não foi em nenhum momento um impecilho para os professores. Estes souberam superar as dificuldades buscando apoio na sociedade e, principalmente, na Igreja Católica local, que, naquele momento, havia recebido um novo bispo - Dom Estevão - o qual estava totalmente integrado com a realidade do país e seus problemas. Este dispôs-se a colaborar em tudo que conseguisse para a realização de qualquer movimento que expressasse a busca de liberdade e justiça social. Através dos depoimentos de vários professores podemos sentir a importância que foi a presença e o apoio do Bispo no movimento. Um depoimento nos chamou atenção - da professora Nilza Alves - pela forma sucinta que consegue descrever a participação de Dom Estevão na luta para preservar os direitos sociais e humanos na cidade, quando coloca:

“Se eu não me engano, o Dom Estevão chegou aqui por volta de 1.978. Ele já vinha com uma referência - para nós - muito boa em função da sua intervenção junto aos acontecimentos que se deram no Pará quando da guerrilha do Araguaia. E foi um pessoa que sempre foi aberta,

apoiando na medida do possível o movimento. Ele se envolveu bastante com a questão dos sem teto aqui na periferia da cidade, com a questão dos favelados, dentre muitas outras. Ele agia explicitamente na defesa da cidadania. E também fazia telefonemas para as autoridades, se colocando a respeito de todas as questões em conflito. Ele sabia usar muito bem o poder institucional da igreja - e não fazia concessões. Quanto a isso não há menor dúvida. Foi muito importante a presença do Dom Estevão porque era uma segurança que a gente tinha, a gente sabia que em última instância poderia recorrer a ele porque ele agia. Foi uma pessoa que nunca se ausentou.³⁰

³⁰ José Carlos Evangelista de Araújo. Entrevista Nilza Alves, Uberlândia, jan. 1.997

Neste depoimento vimos a importância do movimento grevista ter buscado apoio em um instituição que tinha o respeito e o respaldo de toda a sociedade local, pois, por um lado, conseguiu credibilidade moral e, por outro, espaço físico para a realização de encontros, reuniões e assembléias.

É interessante destacar os principais pontos de reivindicações da greve de maio/junho de 1.979 para a categoria dos professores a nível estadual e local que são: aumento salarial, concurso público para a efetivação dos profissionais contratados pelo estado, eleição para diretores de escola, direito de resolver todo e qualquer problema individual nas superintendências estaduais em cada cidade, dentre outros, mas no fundo de todas as reivindicações, a questão principal que permeia todo o processo é luta, mesmo que inconsciente, pela liberdade de expressão e organização, preservação dos direitos sociais, garantias contra a repressão e a censura.

Segundo o depoimento de alguns profissionais que atuaram ativamente naquela greve de 79, várias são as conquistas que podem ser destacadas pela categoria, pois por ser um primeiro ato de greve, os resultados foram expressivos. A categoria pela primeira vez consegue entender que reunidos em torno de um mesmo objetivo pode-se lucrar mais do que agindo de forma isolada, ou dependendo de favores de políticos.

A greve serviu ainda para que estes profissionais se propusessem a organizar uma associação para representar coletivamente seus direitos frente ao estado, colocando-se desta forma, contra a agremiação existente que era totalmente ligada ao governo. Ou seja, os professores deliberaram em assembléias que deveriam criar um sindicato para representá-los frente ao governo e diante de processos na justiça, frente ao país, e, enfim, frente a

sociedade em geral, acabando desta forma por diluir com a associação - APP/MG (Associação de Pais e Professores do Estado de Minas Gerais) existente.

Com relação a estas conquistas alcançadas nesta greve algumas professoras nos deram seu testemunho destacando os ganhos, dizendo:

“Com relação ao salário, houve conquistas que logo no ano seguinte perdemos quase tudo. Mas serviu para o pessoal acordar. As professoras levavam até água para as diretoras. Trabalhávamos como escravas aceitando tudo. Não se valorizava ninguém. Então conquistou o direito de efetivação daqueles que possuíam mais de 05 (cinco) anos de trabalho, as vagas passaram a serem divulgadas, conquistamos o direito de concursos”.³¹

E ainda:

“As reivindicações são várias, no entanto, para mim, a mais importante foi a questão da

³¹ Professora Liberalina, entrevista, Janeiro, 1.999

**efetivação por tempo de serviço
prestado e a realização de
concursos.”³²**

Os reflexos da greve junto à sociedade local, como também todas as demais greves que ocorreram naquele período, foi de total desaprovação por parte das autoridades municipais. Alguns políticos tentaram inviabilizar e desmobilizar a categoria chamando-a de volta para as salas de aulas. Alguns tiveram a coragem de dizer que a greve dos trabalhadores da limpeza da cidade era mais importante do que a greve dos professores. Com relação aos pais e alunos a preocupação era de que os filhos e estudantes iriam “perder” o ano, as férias ou coisas do gênero, mas nunca aparece a preocupação destes com a qualidade da escola, das aulas, dos profissionais que estavam trabalhando e ministrando aula a seus filhos.

Portanto, para o imaginário social local pensar que um dia os professores que ministravam aulas a seus filhos (entenda tinha o “dom” de ensinar seus filhos), pudessem parar suas atividades reivindicando salários, justiça social e outros direitos, era um ato impensável, no entanto, por ser a primeira greve não houve, segundo as professoras, expressão pública de descontentamento.

Passado a greve de 79, vários foram os desdobramentos do movimento, a cidade e seus cidadãos já não foram mais os mesmos, principalmente, a categoria de trabalhadores no ensino público estadual já não pensava e agia do mesmo modo, como coloca a professora Maria de Lourdes:

³² Professora Maria de Lourdes Mendes Saraiva, entrevista, Uberlândia, 1.999.

“a partir daquela greve de 79 passamos a ser vistas não como missionárias da educação, mas como mulheres profissionais que exercem a função de ensinar com todos os direitos de qualquer outro profissional das diversas áreas.”³³

Superado as dificuldades da primeira greve, os professores retornam as suas salas de aulas, mas já não sentem mais isolados uns dos outros, já têm como conversarem seus problemas, discutirem de forma organizada as experiências vividas naqueles famosos 40 dias de greve. Se por um lado tem aqueles que se sentiram vitoriosos, continuaram atuando no comando do movimento, agora transformado em sindicato, há por outro lado, aqueles que não se sentiram satisfeitos com os resultados obtidos e se afastaram da greve, do movimento. No entanto, em sua maioria, os professores ficaram satisfeitos com os resultados obtidos nas negociações com o governo, pois conseguiram, principalmente, o concurso que efetivaram os contratados e, ainda, a efetivação para aqueles com mais anos de serviços prestados ao Estado. Com relação ao aumento salarial proposto os professores foram atendidos de forma satisfatória em seus índices solicitados, criando pisos salariais conforme a formação de cada professor.

³³ Professora Maria de Lourdes Mendes Saraiva, entrevista, Uberlândia, 1999.

No entanto, nenhum ganho foi tão expressivo quanto ao respeito e a organização grevista conseguiu, tanto por parte do governo quanto da sociedade em geral.

Ainda, fruto dessa greve, teremos nos anos que se seguem a formação do sindicato dos trabalhadores do Ensino denominado na cidade de “UTE - União dos Trabalhadores do Ensino”, que a partir de então, através de sua diretoria, assumirá o compromisso de lutar pelos direitos dos professores, tanto a nível do governo do Estado quanto das questões sociais e judiciais.

Um fato interessante foi a luta da associação formada no sentido de manter sempre contato direto com a base da categoria para juntos buscar as soluções possíveis para os problemas que iam surgindo no interior dos movimentos, da categoria e no seu relacionamento com as instituições governamentais.

Diante de tantos fatos ocorridos e trazidos à tona com a greve dos professores públicos estaduais na cidade de Uberlândia no ano de 1.979 fica difícil conseguir analisar todos, no entanto, ao que se propõe esta monografia, ou seja, buscar resgatar este movimento analisando-o à luz dos acontecimentos daquele período, acreditamos ter contribuído para o registro e sua preservação enquanto movimento que expressou a história de geração de professores.

Pensar este movimento enquanto acontecimento histórico que se processou no interior de uma sociedade, com conceitos e preconceitos concebidos e construídos ao longo de vários anos, implica entendê-los como parte deste todo e que, portanto, não se é possível, ao seu tempo, exigir outro resultado, mas sim, apenas entender que ocorreu.

Portanto, tratar de uma questão tão delicada como esta greve de professores para uma sociedade amparada em poderes arcaicos e provincianos implica entender que estes trabalhadores foram obrigados a usar até algumas instituições da sociedade local para se entenderem e também se fazerem entender e avançar nas suas reivindicações, evitando assim “falarem” às “paredes”. Ou seja, é preciso usar do próprio código de expressão social local para conseguir fazer o movimento grevista acontecer. Um exemplo claro do que chamamos de usar os próprios códigos de comportamento da sociedade local está no fato dos professores utilizarem as instalações e, às vezes, da própria instituição da Igreja para conseguirem certas vantagens em sua organização grevista. A Igreja por ser uma instituição freqüentada e respeitada por todos os cidadãos serviu como referência moral para os professores e também como uma forma de delinear e delimitar suas ações. Ou seja, foi necessário buscar em algo exterior ao movimento, e ao mesmo tempo muito respeitado e valorizado pela sociedade local, o apoio que outras instituições - como a Prefeitura Municipal - recusou a oferecer.

Portanto, o que podemos concluir é que esta greve teve vários significados, mas o que permeia as falas de seus participantes, pode ser resumida, pela principal liderança daquele movimento, professora Nilza Alves, quando esta diz:

Esta greve foi uma experiência vitoriosa de vida. O renascimento de muita coisa “da vida” nas suas mais diversas manifestações, o auto-estima,

o respeito ao espaço escolar. Foi a valorização do ser humano, a primeira sementinha ao respeito do trabalho feminino. Em última instância a questão da cidadania”.³⁴

³⁴Nilza Alves, entrevista, Janeiro/1.999.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo não poderia chamar “considerações finais” pois nunca se consegue fazer, em História, as últimas análises a respeito de determinado assunto, mas consegue-se apenas mais uma versão a respeito dos fatos e nunca a verdade absoluta sobre os mesmos.

No entanto, gostaríamos de deixar registrado as nossas últimas palavras, neste trabalho, a respeito do que aconteceu na história do país e, principalmente, no que se refere a greve dos professores estaduais na cidade de Uberlândia no ano de 1.979.

Como colocamos na apresentação, nos propomos a estudar e pesquisar este tema por se tratar de um assunto diretamente ligado a nosso curso de graduação em História, e, agora, ao final de nosso trabalho só conseguimos reafirmar este pensamento haja visto que se trata da própria existência de nossa profissão.

Foi, de certa forma, esta greve a responsável pela valorização do professor e também torná-lo um profissional que deva ser respeitado e valorizado em uma sociedade que se propõe a superar suas dificuldades financeiras, sociais e, principalmente, uma sociedade que queira avançar além da própria existência material.

Portanto, este movimento grevista soube usar sua força de categoria para garantir alguns direitos que até então não eram nem sequer cogitados pelas autoridades governamentais. Souberam estes mestres que se permanecessem de braços cruzados em um momento histórico propício à luta e a organização estariam deixando de serem personagens históricos e, por conseqüência,

deixariam o “trem” da História seguir seu percurso à mercê da repressão, da exploração desenfreada do capitalismo, dos governos militares, ou seja, segundo a vontade da classe dominante deste país que sempre se utilizou dos aparelhos do Estado para manter sua hegemonia.

Souberam como poucas categorias que aquele era o momento preciso de agirem e de fazer entender a todos que estavam a sua volta que era chegado o momento de dar um basta nas arbitrariedades que dominavam a sociedade brasileira e, em sua extensão, a sociedade uberlandense.

É claro, que não se trata de um movimento coroado apenas de êxito, teve suas falhas, suas divisões internas, no entanto, soube naquele momento vencer as individualidades para buscarem o interesse da grande maioria.

Vale ressaltar também, que após este primeiro embate, o que se conseguiu conservar de memória deste movimento tem servido de amparo e espelho para as futuras gerações de professores que se seguiram aos componentes da greve de 79.

Ainda hoje, a maioria daqueles que atuaram no movimento grevista de 1.979 estão trabalhando, reivindicando seus interesses, militando em partidos de esquerda, em sindicatos, atuando na própria administração pública e, assim, usando seu arcabouço teórico e prático, para defender e ampliar o leque de direitos conquistados nos anos de 79 e seguintes.

Portanto, pensar hoje os reflexos desta greve de professores para a sociedade local leva-nos a concluir que dentro de suas possibilidades imediatas ela conseguiu “acordar” a sociedade local para problemas além de suas delimitações políticas. Ajudou a fundar na sociedade e, principalmente, nos seus alvos diretos - os professores - uma consciência de classe, de divisão social

presente na sociedade local, de fundação de uma identidade como trabalhadores e, como tal, criou um comportamento frente às suas questões peculiares.

A partir deste movimento grevista vários foram os professores que ingressaram na militância partidária, conseguiram mudar resultados de eleições na cidade - coisa que até então não era sequer pensado como possibilidade, entre outros inúmeros feitos históricos.

Reconhecer a participação deste movimento nos resultados de redemocratização do país é entender que, passo a passo, a sociedade civil brasileira conseguiu romper as barreiras da ditadura para implantar no Brasil uma nova perspectiva histórica para a classe trabalhadora.

E, em específico, para esses profissionais (depois de 1.979 podemos chamá-los assim) uberlandense serviu ainda para atentarem que além da posição oficial do poder público local há outras classes que precisam brigar por suas necessidades vitais e que nem todas as pessoas estão inclusas nos projetos políticos da cidade “desenvolvimentista” tão pregada e defendida pelas autoridades locais.

BIBLIOGRAFIA

- 1 - ARAÚJO. José Carlos Evangelista. O processo de constituição da União dos Trabalhadores do Ensino na Cidade de Uberlândia (1979-1982). In UTE: Professores e Sociedade Civil na cidade de Uberlândia. Uberlândia, 1.997.
- 2 - FERREIRA. Marieta de Moraes. Org. História Oral e Multidisciplinaridade. Rio de Janeiro, Diadorim, 1.994.
- 3 - MARONI. Amnérís. A Estratégia da Recusa (análise das greves de maio/78), São Paulo, Brasiliense, 1.982.
- 4 - MOISÉS. José Álvaro & outros. Contradições Urbanas e movimentos Sociais. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1.978.
- 5 - MORAES, Marieta de. Org. História Oral. Rio de Janeiro, Diadorim Editora Ltda, 1.994.
- 6 - SADER, Éder. Quando Novos Personagens Entra em Cena. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1.988.
- 7 - SCHAPOCHNIK. Nelson. Como se Escreve a História? In: Revista Brasileira de História, 25/26, ANPUH, Ed. Marco Zero.

8 - SKIDMORE. Thomas. Brasil de Castelo a Tancredo., 5ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

9 - THOMPSON. E.P. A miséria da Teoria, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.